

APROXIMAÇÕES TEÓRICAS À CATEGORIA DE GÊNERO

incursão a partir das teorias feministas

KATTRYEL DE SOUZA ALCÂNTARA

Este artigo trata-se de uma incursão a categoria de gênero, a partir das teorias feministas produzidas no período de 1970 aos dias atuais. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que teve por objetivo relacionar o pensamento analítico das principais autoras dos movimentos feministas no mundo e no Brasil. Nessa direção, analisa-se os tempos e lutas que foram travadas os debates e produções teóricas, bem como as convergências e divergências teóricas.

Palavras-Chave: Gênero; teorias feministas; mulheres; identidade de gênero.

This article deals with an incursion into the category of gender, based on feminist theories produced in the period from 1970 to the present day. To this end, a bibliographical research was carried out that aimed to relate the analytical thinking of the main authors of the feminist movements in the world and in Brazil. In this direction, it analyzes the times and struggles that the debates and theoretical productions were fought, as well as the theoretical convergences and divergences.

Keywords: Gender; feminist theories; women; gender identity.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo trata-se de uma aproximação teórica a categoria de gênero, a partir das formulações e produções teóricas críticas apresentadas por feministas, especialmente as autoras Scott (1995), Saffiotti (1992), Rubin (1975), Nicholson (2000). Na trilha desses estudos, a investigação visa apontar as principais abordagens sobre a categoria de gênero, suas convergências e divergências teóricas e problematizar elementos importantes para pensar os problemas candentes que envolvem a sociedade contemporânea e as lutas políticas na desconstrução dos alicerces patriarcais e de opressão e dominação de gênero.

Através dos séculos, as pessoas utilizaram de modo figurado os termos gramaticais para evocar os traços de caráter ou traços sexuais. As feministas, distanciando destas abordagens, utilizavam a palavra gênero mais seriamente, no sentido analítico, enquanto um modo de existência social, ou em outras palavras, como categoria social, que expressa a maneira de se referir a organização social da relação entre os sexos (SCOTT, 1995). Para se entender o que é gênero faz-se necessário compreender as construções sociais em torno do corpo sexuado, portanto,

remete-nos a apreender essa dinâmica à luz da processualidade histórica e das bases sociais, culturais e políticas que a alicerça. A exposição deste trabalho está estruturada em três partes: além dessa primeira parte introdutória, a seguir, apresenta-se as abordagens teórico-analíticas do movimento feminista sobre a categoria gênero. Em seguida, problematiza-se o contexto histórico atual e os desafios que interpelam as relações sociais contemporâneas, especialmente a necessária luta contra essa sociedade patriarcal e sexista que impõem padrões e modos de ser e viver.

2 A CATEGORIA DE GÊNERO: AS ABORDAGENS TEÓRICAS ANALÍTICAS DAS TEORIAS FEMINISTAS

A apreensão sobre a categoria de gênero à luz das teorias feministas envolve um conjunto de produções significativas, com abordagens teóricas e metodológicas diversas. Reconhecendo os limites teóricos quando observadas a diversidade de matizes teóricas, aqui, em particular, traçaremos algumas reflexões aproximativas a categoria gênero.

Para Scott (1995), o tratamento da categoria de gênero está diretamente associado a experiência das mulheres acerca das desigualdades de poder que conformam o corpo sexuado e as relações sociais no decorrer da história. O maior desafio dentro do contexto categoria de gênero é alocar as reações e traçar uma análise que se sobressaia a experiência masculina e a experiência feminina no passado, dando uma conexão entre as histórias do passado e a prática histórica do presente. Podemos então se basear em algumas perguntas levantadas pelo próprio autor das quais no decorrer deste artigo buscaremos responder.

Como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e a percepção do conhecimento histórico? Segundo Scott, essas respostas dependem da discussão do gênero como categoria analítica. Houve se um tempo que a palavra gênero era sinônimo de mulheres, porém com o tempo o termo “gênero” tornou-se uma forma de indicar construções culturais. O gênero como palavra já servira para representar as mulheres e suas ausências nas teorias do patriarcado, como forma de tentar fugir da subordinação a necessidade masculina de dominar.

O gênero deve servir para interpretarmos que o sujeito vive um processo constante de construção, vivendo o desejo consciente e inconsciente e destacando de diferentes formas a sua linguagem de concepção a respeito da realidade social, pois o termo gênero deve conter a realidade social, as diferentes e diversas realidades sociais, incluindo e não menosprezando.

Um exemplo de menosprezo é quando Joan Scott fala das experiências das mulheres que vivem uma vida a fazer escolhas morais dependendo dos contextos e das relações que vivem, as mulheres pensam e escolhem esse caminho porque são mulheres.

A relação entre os sexos opera de acordo com e através das estruturas socioeconômicas e também de acordo com as estruturas de sexo-gênero. Entender como a identidade do sujeito é criado é algo antigo onde várias escolas e pensadores se concentraram na formação inicial das crianças. A forma como a sociedade visa representar o gênero, servindo para articular regras de relações sociais ou para construir o significado da experiência. Sair da masculinidade ou da feminilidade.

A ideia de masculinidade repousa na repressão necessária de aspectos femininos, do potencial do sujeito para a bissexualidade e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino. Os desejos reprimidos estão presentes no inconsciente e constituem uma ameaça permanente para a estabilidade da identificação de gênero, negando sua unidade, subvertendo sua necessidade de segurança (SCOTT, 1995).

A história do pensamento feminista é uma história da recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações. Os historiadores, as feministas estão agora bem posicionadas para teorizar suas práticas e para desenvolver o gênero como uma categoria analítica (SCOTT, 1995).

Não tem como falar de gênero sem mencionar o início feminista contemporâneo em tentar incorporar a este termo suas abordagens em reivindicar um certo terreno de definição. Segundo Saffioti (1992), há uma luta entre poderes excluídos das mulheres com os homens, onde cada um com seus reconhecimentos buscam suas pautas, um lado busca preservar a supremacia no caso o homem, e o outro tornar menos incompleta a sua cidadania.

Poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, no interior de uma relação social, mesmo contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade (WEBER, 1964).

Saffiotti (1992) reflete que as relações sociais de sexo ou as relações de gênero travam-se também no terreno do poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados, dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno.

Gênero é a busca por inclusão de minorias ignoradas, de direitos incompletos e cidadanias reduzidas, onde a sexualidade insiste em denominar limites e impor posturas de ação.

2.1 Identidade de gênero

A formação da identidade de gênero é um exemplo de produção no reino do sistema sexual. É um sistema de sexo/gênero que envolve mais do que as relações de procriação, reprodução no sentido biológico. O sistema de sexo/gênero não é imutável opressivo e tem perdido muito de sua função tradicional (RUBIN, 1975).

Conforme Rubin destaca as relações de gênero estão além da existência de dois sexos, macho e fêmea. Os indivíduos são transformados, através das relações de gênero, em homens ou mulheres. Saffiot relata que o tornar-se mulher e o tornasse homem, são resultados das relações de gênero, usando como exemplo que bebês de genitália masculina podem tornar-se mulheres, assim como bebês de genitália feminina podem tornar-se homens.

Da perspectiva das relações sociais, homens e mulheres são ambos prisioneiros de gênero, embora de maneiras altamente diferenciadas, mas inter-relacionadas” (FLAX, 1987, p. 629).

As expressões estão no social, na vida e na construção, os fatos biológicos da sexualidade não falam por si próprio. Joan Scott reforça que o termo “gênero” sublinha que as relações entre os sexos são sociais, e não consegue mensurar as razões pelas quais essas relações são construídas, como funcionam ou como elas mudam. Antes posto que o termo gênero era um substituto para o termo mulher, para sugerir informações sobre as mulheres, e essa utilização traz o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. O autor então reforça que o termo gênero se torna uma forma de indicar

as construções culturais, a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens, aí cabe a segunda visão que se entende que gênero é, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

John Scott recorre então a Teresa de Laurentis, que acredita faltar uma melhor forma de conceber a realidade social em termos de gênero.

O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. A função de legitimação do gênero age várias maneiras. O gênero então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1995).

Entender que a legitimação relatada é influenciada já demarca um caminho de escolhas e versões diferentes, onde novamente a forma como a exclusão e resistência de manipular tais diferenças biológicas geram caminhos complexos. Partimos do ponto de Butler que acredita que cada ser humano escolhe seu gênero, lançando mão dos termos sociais disponíveis, gênero esse que pode estar em uma cômica ou trágica oposição aquele a ele ou a ela atribuído por outros, já que todos os seres humanos são permanentemente constituídos por outros.

Esse falar do outro reitera a convivência social do gênero, onde as formas são construídas pela cultura, pelos valores ali expressados, ao olhar para o que os outros pensam ou atribuem ao gênero caímos na descrição sexualizada do homem/mulher. Butler 1988 retoma essa fala sobre gênero e explica que o gênero é uma atividade criadora que se modifica incessantemente. Que ultrapassa de produto de relações culturais e psíquicas transcorridas há tempo, o gênero é uma maneira contemporânea de organizar normas culturais entre as já passadas e as futuras, uma forma que a pessoa escolhe se situar dentro de estilos de viver o corpo no mundo. Daí ele conclui que a escolha de assumir uma certa espécie de corpo e de viver usando este corpo, implica em um mundo de estilos corporais distintos já estabelecidos. E que escolher um gênero é acima de tudo interpretar recebidas normas de gênero de forma a reproduzi-las e organizá-las de novo.

Esse viver então é renovar de forma diária a história cultural, de acordo com os próprios termos e tempos de cada pessoa, uma constante criação para além dos termos biológicos envolvidos, para além do sexismo, do normativo macho ou fêmea.

2.2 A visualização do que é gênero

Esse viver então é renovar de forma diária a história cultural, de acordo com os próprios termos e tempos de cada pessoa, uma constante criação para além dos termos biológicos envolvidos, para além do sexismo, do normativo macho ou fêmea.

Segundo Linda Nicholson a palavra gênero causa certo estranhamento no meio feminista, por mais que seja conhecido seu início a forma como ela é usada faz com que seja descrito visões diferentes. Segundo Nicholson há um lado que usa a palavra gênero para opor a palavra “sexo”, buscando descrever o que socialmente é construído e vivido, de forma totalmente oposta ao que biologicamente se é dado. De maneira essa que “gênero” tipicamente uma referência a personalidade e ao comportamento, fazendo um contraste entre gênero e sexo, sendo compreendidas de forma oposta e distinta.

Porém a mesma reforça que se o próprio corpo é sempre visto através de uma interpretação social, então o “sexo” não pode ser independente do “gênero”.

Scott (1995), então, traz uma descrição a este fim, segundo ele o gênero é a organização social da diferença sexual. O gênero é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais. Onde ele reforça que não há como vermos as diferenças sexuais a não ser como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e que acima de tudo tal conhecimento não é puro e não pode ser isolado de sua implicação dentro de amplos contextos discursivos.

Daí um grande ponto capaz de nos fazer refletir sobre nossos pontos de vista a respeito da visualização do “gênero”, o quanto sabemos e o quanto buscamos estudar sobre, é capaz de influenciar de forma positiva e negativa na visão em entender de fato do que se trata. Sair do contexto sexual e biológico é algo complexo que muitas das vezes se contradiz em explicações. Por isso, Scott (1995) ressalta que a forma como vemos a diferenças devem ser vistas como funções e que acima de tudo gênero é resultado de uma vivência social, e esta ideia vai de encontro a ideia de Linda Nicholson que gênero diz mais a respeito da personalidade do que a forma biológica de caracterização.

A autora Linda Nicholson buscando nos ajudar a entender melhor a visualização de gênero traz uma importante fala da autora Robin Morgan (1992) que se aproxima da definição que demarca “sexo” e “gênero”.

Para muitas teóricas feministas, o controle patriarcal dos corpos das mulheres como meio de reprodução é o cerne do dilema . A tragédia dentro da tragédia é que por sermos consideradas primordialmente seres reprodutivos, mais do que seres humanos plenos, somos vistas num contexto sexual de definição masculina, com a consequente epidemia de estupro, assédio sexual, prostituição forçada e tráfico sexual de mulheres, com casamento arranjado, estruturas familiares institucionalizadas e a negação da expressão sexual própria às mulheres.

Nesta fala podemos então apoiar encima de diversos exemplos do quão o “gênero” busca libertar as amarras impostas por um “sexo” que muitas das vezes escolhem como amordaçar e abordar seres humanos, tirando seus poderes de escolha ou influenciando de forma diretas suas construções, e quando se trata do ponto feminino é estabelecido de forma cirúrgica um script do que se espera de uma mulher. Como a própria autora reforça é “uma tragédia dentro de uma tragédia”.

3 CONCLUSÃO

Esse viver então é renovar de forma diária a história cultural, de acordo com os próprios termos e tempos de cada pessoa, uma constante criação para além dos termos biológicos envolvidos, para além do sexismo, do normativo macho ou fêmea.

Conforme contextualiza Beauvoir contesta todo o determinismo biológico, reforça em sua fala uma grande perspectiva, “ser é tornar-se, é ter sido feito tal como nós nos mostramos” (BEAUVOIR, 1962), Lucila Scavone então traduz essa frase na celebre frase de da ideia de que não se nasce mulher, mas se torna mulher.

Segundo Lucila Scavone, os estudos de gênero ajudam a distinguir o comportamento social do sexo feminino de seu aspecto biológico, ainda sim sem conceituar “gênero” de fato. Sempre haverá novos estudos para completar uma tamanha expansividade subjetiva em relação a construção de diversidade e encontro incessante de personalidades. Por isso as lutas travadas pelo feminismo em suas grandes três fases através das fases universalista, humanista ou das lutas pela afirmação das diferenças impostas da identidade e a terceira fase considerada como pós-moderna.

Esse debate estão os caminhos do movimento e as abordagens explicativas que aí são tratadas, geralmente, de forma polarizada: igualdade ou diferença, identidades individuais ou de grupo; reconhecimento ou redistribuição. Essas problemáticas definem, em grande medida, a prioridade dos problemas e dos temas de destaques nos diversos países. Em termos de Brasil e América Latina, as contradições de classe e raça marcaram muito as temáticas trabalhadas e a expansão desses estudos (SCAVONE, 2008, p. 5).

É necessário voltar a Rubin (1975) para entendermos como o processo é estrutural e afeta a reparação de desigualdades.

A formação da identidade de gênero é um exemplo de produção do sistema sexual. Um sistema de sexo/gênero envolvendo mais do que as relações de procriação, reprodução no sentido biológico, o sistema de sexo/gênero não é imutável. Ele ainda carrega o fardo social de sexo gênero, de socialização dos imaturos e de fornecimento de asserções definitivas sobre a natureza dos próprios seres humanos” (RUBIN, 1975).

A concepção de gênero/sexualidade pensada para reprodução e categorização entre e masculino/feminino limitam a própria ideia de sociedade e reforçam extremos de desigualdade. Entende-se então que as realidades de cada gênero compõem o mesmo mundo, e embora pontos de vista sejam divergentes cada ato resulta seu próprio interesse como indivíduo. Conforme Marx (2014) exemplifica o ponto das diferenças, uma classe constitui-se historicamente quando seus membros não apenas se conhecem e convivem, como também identificam, uns nos outros, interesses em comuns.

Podemos concluir então apoiados da certeza de que rigorosamente, não existem e não deveriam existir fronteiras para as relações humanas, sendo elas de gênero ou de classe, ainda mais que elas são constitutivas, complementando uma as outras, mesmo com logica contraditória. A autora Saffiotti (1992), inclusive, faz uma ressalva sobre essa situação, dizendo que enquanto as contradições fundamentais da sociedade não forem superadas, haverá distintas perspectivas de classe, de raça e de gênero.

Hoje então após tal análise vemos que sempre haverá múltiplas descrições de gênero e sobre gênero, mas que a palavra “gênero” não exclui e sim inclui, descrevendo e construindo lutas por direitos de representação.

“Ser uma pessoa significa ter uma história de relações com outras pessoas e a realização do EU só pode ser alcançada em e através de relações e práticas”.
(WHITBECK, 1983, p. 82)

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

FLAX, Jane. Postmodernism and gender relations in feminist theory. **Signs**, Chicago, v. 12, n. 4, 1987.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 22, p. 201-246, jun. 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332004000100009>.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 173-186, abr. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2008000100018>.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S.L.], v. 20, n. 2, 1995.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista estudos feministas**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 09-41, 2000.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex. In: REITER, R. (org). *Toward an anthropology of women*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1975.

SAFFIOTTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de Gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas. 1992.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Editora Veneta, 2014.

WHITBECK, Caroline. A diferente reality: feminist ontology. In: GOULD, C. (org). **Beyond domination: new perspectives on women and philosophy**. Totowa: Rowman & Allanheld, 1983.

WEBER, Marx. **Economia y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1964.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 173-186, abr. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2008000100018>.